



APAFERJ despede-se de 2011 e recepciona 2012 em grande estilo



Págs. 8 a 11

No trigésimo aniversário de fundação comemorado em 2 de dezembro de 2011, a APAFERJ homenageia os seus fundadores. Pág. 06



Márcio Alemany
Presidente

MENSAGEM DO PRESIDENTE

A vitória não tardará

A situação não está boa nem para os americanos nem para os europeus, mas a nossa arrecadação fiscal não teve queda, e o salário mínimo foi majorado e as carteiras continuam sendo assinadas, informam que um pouco menos mas que continuam. Os empréstimos bancários tiveram seus juros um pouco reduzidos e os eletrodomésticos estão em plena venda com o IPI mais baixo. Se não estamos navegando em mar de almirante ou voando em céu de brigadeiro, as coisas ainda não estão sob nuvens cinzentas e o clima está agradável, com um janeiro, que mal começou, muito ameno. Não acreditamos em catastrofismos e a propaganda não nos parece falsa, pois a todo instante dizem que batemos o recorde de exportação de frangos e derivados. A carne, a soja e outros grãos continuam nesse corredor, propiciando lucros e mais lucros ao nosso Tesouro. O crédito agrícola continua acessível e o BNDES não para de liberar milhões para o aumento de iniciativas e a geração de riqueza. Os bancos prosseguem com seus balanços exibindo resultados astronômicos e parece que não têm mais onde aplicar tantos recursos. A segurança pública tem melhorado e há um fervor na discussão para a implantação de um sistema de saúde mais eficiente com menores custos e, bem assim, em todos os mesmos foros, promove-se a revisão das propostas e dos programas para atendimento ao ensino em todos os seus níveis. Como dizia o velho Ruy, educação é matéria de salvação nacional. Tudo feito ou em

bom andamento, mas, ao que tudo está a indicar, estão se esquecendo da importância que tem que ser dada aos Advogados Públicos Brasileiros. As Associações que congregam os Magistrados saíram na frente exigindo aumento em suas remunerações, na mesma linha as que associam os Membros do Ministério Público também estão legitimamente pugnando por tal pretensão. Nós, os Advogados Públicos, já há algum tempo assistimos, sem descuidos ou passividade, a esses movimentos e, da mesma forma, não aceitaremos tratamento desigual ou desconsiderante. A Nação e os Governos que se sucedem em nossa República sabem muito bem de nossa importância, em face da efetiva e demonstrada contribuição para a manutenção do erário. Nunca é demais repetir que os serviços de defesa jurídica dos interesses do Estado e de seu Patrimônio Público têm, constantemente, propiciado a garantia de renda e de reposição de indébitos aos cofres públicos. Os desvios de recursos, as fraudes e a corrupção redobram as atenções e os cuidados dos Advogados Públicos. Sem a nossa vigilante e perseverante atuação, por certo, esses interesses não seriam tratados com eficiência e zelo, acarretando a recuperação de somas expressivas em favor do Tesouro Nacional. Quem promove as sindicâncias e os inquéritos? As averiguações? A busca e a apreensão de bens e de demais valores sursurpiados? Ainda não recebemos sucumbência e somos sabedores de que a arrecadação proporcionada sobra em muito para o pagamento de nossos subsídios. Compomos com nossas carreiras: Procurador Federal, Procurador da Fazenda Nacional, Advogados da União e Procuradores do Banco Central da República, uma corporação de elite de Advogados Públicos, que realizam a altiva defesa jurídica do Estado Brasileiro. Esta-

mos elencados no Texto Constitucional, destacadamente, como os que exercem funções essenciais à Justiça e temos pedido e clamado aos quatro cantos que, por todos os méritos, nos respeitem e nos incluam como merecedores de remuneração condigna ao que temos feito com todo entusiasmo, realizando a defesa intransigente dos interesses jurídicos do Estado Brasileiro. É preciso que todos saibam ou recordem que os concursos públicos, realizados para a admissão dos Advogados Públicos, são tão ou mais difíceis que os estabelecidos para a admissão dos Magistrados ou dos Membros do Ministério Público, com nível de exigência máxima em provas escritas, orais e de títulos. Da mesma forma, o Estado Brasileiro não pode mais permitir que seus Advogados Públicos fiquem à mercê de procura por dias melhores, participando de provas para serem admitidos na Magistratura ou no Ministério Público, em razão da maior ou melhor remuneração, já que os subsídios pagos aos Advogados Públicos têm sido inferiores aos dessas duas carreiras, que também exercem funções essenciais à Justiça. Subsiste um tratamento desigual que tira o entusiasmo dos que chegam às carreiras da Advocacia Pública. Estamos assistindo a um distanciamento desproporcional em nossas remunerações, que desfortala a todos e tira o ânimo de quem chega às carreiras. Mal são admitidos, surge um novo concurso para Juiz de Direito ou para Promotor de Justiça e lá se vai um grupo debandando para as outras duas carreiras que pagam melhor. O Estado não pode ficar sempre desfalcado desses valores recém incorporados, muitos já afinados com as práticas de defesa do Estado, em suas múltiplas especialidades do Direito, trabalhando em todo o Território Nacional, compondo equipes e realizando tarefas das mais diversas, com entrosamento técnico, cordial e com

máxima eficiência. Quando acontece, por vezes subitamente, essa migração ou debandada, que tem sempre acarretado sérios prejuízos com desarticulação e o desandar dos serviços que prestavam, quem paga, por certo, são o Estado e o Cidadão. Torna-se indispensável que essas equipes sejam mantidas para o melhor rendimento de todo o trabalho que é realizado. A única e acertada forma de manter o funcionamento compensado e entusiasmado da Advocacia Pública foi a estabelecida em nossa Carta de 1988. Os Constituintes marcaram um tento naquela época, tiveram a sábia visão que possibilitaria a realização de um trabalho a ser devidamente remunerado, sem perda de quadros, sem a dispersão de valores, com o fortalecimento de equipes do melhor nível técnico para a defesa do Estado Brasileiro. Os Governos, a cada período eleitoral, têm avançado no fortalecimento de nossa Advocacia Pública. De há muito viram que, sem ela, o próprio Estado Democrático de Direito pode claudicar. Os interesses da Cidadania também devem ser constantemente observados e o trabalho levado a efeito por nossos Advogados Públicos respalda esses Direitos, hoje, mais do que nunca, indispensáveis ao pleno exercício da Democracia. Neste Ano Novo que se inicia desejamos que o mesmo seja para a Presidenta Dilma de muita saúde, paz e rico em realizações e lhe pedimos, ainda, nesta oportunidade, que assuma essa importante bandeira, conduzindo, até a aprovação final, a tão almejada PEC nº 443. Sem ela a nossa Advocacia Pública continuará a perder seus quadros e ficará fragilizada pra a defesa dos interesses jurídicos do Estado Brasileiro e de sua Cidadania. Para o nosso Brasil, que está caminhando tão bem, falta essa importante Vitória que, temos certeza, não tardará. ■



Ney Machado
Procurador Federal, Prof. da
UFF e Membro do IAB.

Reflexões Sobre a Responsabilidade dos Gestores Públicos no Que Concerne ao Princípio da Eficiência.

A Carta Política de 1988, denominada Constituição Cidadã, dispõe como um dos princípios fundamentais, o princípio da eficiência, condição de eficácia na gestão pública no sentido precípua e inafastável em assegurar o exercício pleno dos direitos sociais e individuais que regem o princípio da dignidade da pessoa humana.

Ao se enfatizar sobre direitos sociais e individuais subentende-se educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança e, principalmente, assistência aos

desamparados, mormente aqueles que perderam seus lares e seus familiares nas enchentes, bem como vidas.

Assim, a nosso sentir, tais princípios não podem ser inobservados, sob pena de responsabilidade, cabendo aos dignos representantes do Parquet os procedimentos necessários a responsabilização dos indignos gestores públicos.

Constata-se, assim, que a sociedade brasileira vive momento de tristeza e perplexidade em razão da total ineficiência de gestores públicos, principalmente nos desvios de verbas, quando confundem os interesses vitais da sociedade com seus interesses particulares intoleráveis.

Dessa forma, em apoio à lição do eminente mestre

Hely Lopes Meireles, faz-se necessário transcrever:

“que o exercício da autoridade é uma exigência de interesse social quando em oposição com interesses particulares”.

Registre-se, por oportuno, que a Justiça social só é ampla e enobrece a dignidade da pessoa humana quando o gestor público exerce com moralidade, impessoalidade, o cargo ou função no qual está investido.

É imperioso que a sociedade racional exija com todo rigor da lei o cumprimento eficaz de tais direitos sociais e individuais, pois não se pode mais admitir o discurso vazio ou bazófia das promessas travestidas de legalidade.

Vale, assim, ressaltar a lição de Pimenta Bueno:

“Por isso mesmo que a sociedade deve possuir elemento humano que demonstre uma administração de justiça protetora dos direitos consagrados sobre todas as classes com exercício diário de ética e eficiência na vida dos cidadãos, no sentido de que não se ministre com ineficiência e ofensa a dignidade da pessoa humana”.

Assim, a qualidade do gestor público encontra-se vinculada na lisura das práticas administrativas que o faz merecedor do respeito e consideração por parte do próprio Estado, e da sociedade.

Impõe-se ao gestor público não confundir

discricionariedade com arbitrariedade, pois nesse sentido estará agredindo a ordem jurídica, pilar do Estado Democrático de Direito.

Em suma, a discricionariedade existe tão somente para proporcionar, em cada caso de escolha, o sentimento do tão almejado interesse público, voltado para as necessidades básicas fundamentais.

Dessa forma, a realidade social e econômica passou a ser o objeto sobre o qual deve incidir a ação transformadora do Poder Público no atingimento dos direitos sociais dispostos no artigo 6º da *Lex legum*. ■

Servidores aposentados de MT incorporarão 28,86%

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Cezar Peluso, concedeu liminar que garante a servidores aposentados da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) o recebimento integral de seus proventos, inclusive do índice de 28,86%. Para o ministro, a medida cautelar é necessária em razão da razoabilidade

jurídica do pedido e da urgência da situação, visto que se trata de verba de natureza alimentar, cuja redução já incidiria sobre o pagamento deste mês.

Com a decisão, os efeitos do Acórdão 305/2011, do Tribunal de Contas da União, que suprimiu o percentual do vencimento dos aposentados, ficam suspensos até o julgamento

final do Mandado de Segurança no STF. De acordo com a decisão, o direito dos aposentados de receberem os 28,86% já havia sido reconhecido em decisão judicial transitada em julgado em 1996. Desde então, o percentual foi incorporado em definitivo aos vencimentos de todos os professores daquela instituição de ensino.

“A ordem de supressão, emanada pelo TCU, esbarra no óbice jurídico da intangibilidade da coisa julgada”, ressaltou o presidente do STF, ao deferir a liminar. De acordo com jurisprudência da Suprema Corte, “a situação jurídica coberta pela coisa julgada somente pode ser modificada pela via da ação rescisória” (MS 25009).

O MS foi impetrado por

servidores aposentados da Universidade Federal de Mato Grosso para garantir o recebimento integral de seus proventos. No pedido, eles sustentam que a determinação do TCU ofende a coisa julgada e o direito adquirido, garantias individuais previstas na Constituição Federal. *Com informações da Assessoria de Imprensa do STF.*

Procuradorias impedem que o INSS seja obrigado a corrigir indevidamente benefícios pelos índices de reajuste do salário-mínimo

A Advocacia-Geral da União (AGU) impediu, na Justiça, que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) seja obrigado a atualizar benefícios previdenciários de modo que correspondam ao mesmo número de salários-mínimos quando da concessão das aposentadorias.

Dois beneficiários entraram com ação para tentar garantir a correção pelos índices de reajuste do salário-mínimo. Os procuradores federais explicaram, no entanto, que como os benefícios foram

concedidos após a promulgação da Constituição Federal, é vedada a vinculação do salário-mínimo como indexador para qualquer fim (art. 7º, inc. IV).

O magistrado que analisou o caso reconheceu, conforme defendido pelos procuradores, que nem a Constituição nem a legislação infraconstitucional estabelecem a correção dos benefícios previdenciários nos mesmos índices de correção do salário mínimo.

Por fim, a Justiça concordou com o argumento

de que a lei apenas estabeleceu critérios gerais de atualização da aposentadoria, sem especificar índices ou vinculações a quaisquer outros critérios de correção. O processo foi extinto com resolução do mérito, ou seja, o pedido não voltará a ser analisado pela primeira instância.

Atuaram neste caso a Procuradoria Federal em Goiás e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, unidades da Procuradoria-Geral Federal, órgão da AGU.

AGU desistiu de mais de 1.600 processos no TST em 2011 para desafogar Judiciário e evitar prejuízos à Administração Pública

Advocacia-Geral da União (AGU) desistiu de 1.621 processos que tramitavam no Tribunal Superior do Trabalho (TST) como forma de desafogar o Judiciário e evitar prejuízos a Administração Pública.

A iniciativa da Procuradoria-Geral Federal (PGF) visa cumprir as orientações estabelecidas pela AGU na Portaria n.º 1.642/2010, que autoriza os procuradores a desistirem de ações judiciais e de entrarem com recursos em casos de cobranças fiscais de contribuições previdenciárias de acordos ou condenações em causas com valor igual ou inferior a R\$ 10 mi.

A Portaria também limitou a interposição de recursos contrários às súmulas da AGU e do Supremo Tribunal Federal (STF), além daqueles que não apresentarem requisitos essenciais que justifique o conflito judicial.

Os procuradores federais que atuam no Departamento de Contencioso da PGF visitaram todos os 27 gabinetes de ministros do TST até novembro deste ano, com objetivo de analisar os casos possíveis de desistência.

Conseguiram analisar centenas de processos com características iguais às previstas na Portaria da AGU. De imediato, foi solicitada ao TST a desistência de todos os processos identificados.

A iniciativa foi bastante elogiada, inclusive, pelos ministros do TST, com repercussão do assunto no site do Tribunal.

O trabalho tem sido acompanhado de perto pela Coordenação Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos (CGCOB), a fim de avaliar os resultados do Projeto, bem como coordenar o desenvolvimento de medidas similares junto aos Tribunais Regionais do Trabalho.

OAB apoia PEC que estabelece direito a honorários para advogados públicos

A Diretoria do Conselho Federal da OAB, conduzida por seu presidente, Ophir Cavalcante, decidiu prestar integral apoio à Proposta de Emenda Constitucional 452/2009, de autoria do deputado Paulo Rubem Santiago (PDT-PE), que estabelece o direito de os advogados públicos perceberem honorários de sucumbência. A PEC já recebeu parecer favorável à sua admissibilidade pelo relator, deputado Fábio Trad (PMDB-MS), e se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados.

Ao encampar a PEC

452, o Conselho Federal da OAB decidiu ainda que ela passa a reforçar a Campanha Nacional em Defesa dos Honorários da Advocacia, que a entidade está desenvolvendo em todo o País contra o aviltamento da verba honorária e pela promoção da importância da defesa. Dentro dessa campanha, que se destina a fortalecer o prestígio da defesa a cargo tanto de advogados privados quanto públicos, a OAB visa dotar toda a advocacia brasileira de condições estruturais e financeiras isonômicas às demais funções essenciais à Justiça.

Provérbio Árabe

Não digas tudo o que sabes
 Não faças tudo o que podes
 Não acredites em tudo que ouves
 Não gastes tudo que tens

Porque,

Quem diz tudo o que sabe
 Quem faz tudo o que pode
 Quem acredita em tudo o que ouve
 Quem gasta tudo o que tem

Muitas vezes,

Diz o que não convém
 Faz o que não deve
 Julga o que não vê e
 Gasta o que não pode.

Expressões curiosas na Língua Portuguesa

A DAR COM O PAU :

O substantivo “pau” figura em várias expressões brasileiras. Esta expressão teve origem nos navios negreiros. Os negros capturados preferiam morrer durante a travessia e, pra isso, deixavam de comer. Então, criou-se o “pau de comer” que era atravessado na boca dos escravos e os marinheiros jogavam sapa e angu pro estômago dos infelizes, a dar com o pau. O povo incorporou a expressão.



Allan Soares
Procurador Federal

Norberto Bobbio dizia que os dirigentes democráticos tinham suas atividades desenvolvidas às claras, para que ninguém fosse impedido de formar um entendimento a

propósito de iniciativas tomadas em seu nome. Este conhecimento é que permitiria aos cidadãos decidirem politicamente, aprovando ou não as medidas que afetavam suas vidas. Já os autocratas pautavam suas condutas por princípios não divulgados e até mesmo secretos, como as normas de conduta publicadas, em 1939, na Alemanha:

- a) ninguém precisa saber mais que o necessário;
 - b) ninguém sem necessidade deve ter acesso a informações e
 - c) ninguém deve saber alguma coisa antes que isto seja necessário.
- Em conhecido

“Obviamente, nada tenho contra a esperança, mas prefiro a impaciência. Já é tempo que ela se note no mundo para que alguma coisa aprendam aqueles que preferem que nos alimentemos de esperanças ou de utopias.” (José Saramago)

romance de George Orwell, o idioma oficial de Oceânia – a Novafala – surgiu para limitar o conhecimento e diminuir ao máximo o número de palavras disponíveis.

Criticando a manipulação do ser humano em determinadas circunstâncias, o filósofo Bertrand Russell escreveu, em “O Impacto da Ciência na Sociedade” (Ed. Zahar, 1976), que:

“...injunções combinam-se, desde a tenra idade, para produzir o tipo de caráter e de ideias que as autoridades consideram desejáveis e qualquer crítica séria aos poderes estabelecidos tornar-se-á psicologicamente impossível. Ainda que miseráveis, todos se considerarão felizes, porque o poder lhes dirá que são.”

Não se pretende igualar essas situações a que a maioria dos países, inclusive o Brasil, ora atravessam, mas, certamente, não estamos vivendo em um mundo bem estruturado por minha geração, que se debateu entre propostas revolucionárias ou conservadoras, com evidente e lamentável fracasso. Porém, talvez ainda haja tempo de, pelo menos, evitar que nossos piores temores se concretizem e um mínimo de sanidade se imponha nacionalmente e nas relações internacionais. Basta ler revistas, jornais ou publicações confiáveis especializadas em Direitos Humanos para que surjam questões sobre as quais todos deveriam posicionar-se, com firmeza, e após examinar os fatos sem os

habituais preconceitos.

É usual que equivocados intelectuais, considerados progressistas, utilizem sempre o mesmo antiquado aparato ideológico para analisarem acontecimentos e concluam em contradição com os verdadeiros fatos. Veja-se o que aconteceu a propósito do recente falecimento de antigo dirigente político, que sucedeu seu pai e que, agora, será sucedido por seu filho. Ocorreram solenidades quase religiosas, acrescidas da exibição de impactante poderio armado e, só para nós, insólito desespero popular, como se o poder autoritário tivesse trazido a felicidade àquela população. Na verdade, esses acontecimentos mostraram que o regime lá vigente, há décadas, não é, como alguns pensam, inclusive boa parte da “midia”, socialista ou comunista, mas uma rígida dinastia, que se alicerça numa idolatria política e no “sogum”, ou seja, privilegia, no conjunto do Estado, as questões militares.

Não é que, mais uma vez, o filósofo e humanista Bertrand Russell tinha razão ao afirmar que os muito pobres considerar-se-iam felizes porque o poder lhes diria que são?

JUSTA HOMENAGEM

Meu melhor professor foi Francisco Clementino Santiago Dantas. A política tirou-o do ensino e nela foi igualmente brilhante.

Certa vez, o Líder da Oposição, tão bom polemista como administrador, mas com posturas muitas vezes antidemocráticas, aparteou-o em caloroso debate na Câmara dos Deputados. Santiago Dantas, com a habitual competência e elegância, respondeu-lhe: - Deixo o que de pequeno o deputado disse e passo a responder ao que de relevante falou. Todos os deputados fizeram, então, um respeitoso silêncio.

Hoje, o Brasil ressentido-se de juristas-políticos de tal calibre.

A homenagem prestada ao Dr. Rosemiro Robinson Silva Júnior, por notáveis trabalhos à causa da Advocacia Pública, com a medalha que leva o nome de Santiago Dantas, foi a que esse digno colega merecia.

A Trajetória da APAFERJ

No dia 02 de dezembro de 1981, um grupo de então jovens Advogados, fundaram a Associação dos Procuradores das Autarquias Federais no Estado do Rio de Janeiro, posteriormente, denominada Associação dos Procuradores Federais no Estado do Rio de Janeiro.

Estes são os fundadores da APAFERJ:

- Wagner Cavalcanti de Albuquerque - INAMPS
- Eloisa Elena de Siqueira L. Ferreira - IAPAS
- Fernando Horácio de Souza - INAMPS
- Clovis Wanderley Barreto - IAPAS
- Selma Stavale de Almeida - DNER
- Maximino Valeriano da Costa - DNER
- Wilson Pimentel de Carvalho - IAPAS
- Reynaldo Lacerda de Souza Gayoso - IAPAS
- Cesar do Prado - IAPAS
- Luiz Carlos de Carvalho Cidade - IAPAS
- Sylvio Monteiro Carneiro Campello - INAMPS
- Petrônio Lima Cordeiro - IAPAS
- Genecy Souza Barros - IAPAS
- Leda Martins Cardoso - IAPAS
- Ozir de Assumpção Pereira - IAPAS
- Antonio Pereira de Souza - INPS
- René Lycurgo Campos - INPS
- Milton Barreto de Oliveira - IAPAS
- Francisco de Magalhães Barros - INPS
- Edson Martins Cardoso - IAPAS
- Ataulfo Lyra Braga - INAMPS
- Joaquim da Silva Miranda Filho - IAPAS

- Sueli Matias Borring - IAPAS
- Ary de Sá Palmeira - IAPAS
- Jurandir de Sá Palmeira - IAPAS
- Raimundo Nonato da Cunha - INAMPS
- Emilio Rabello Barbosa Filho - IBC
- Garcia Bueno Brandão - IAPAS
- Fernando Miguel Batista - IAPAS
- Lucy Caminha de Almeida - IAPAS
- Maria Rita Bueno Nunes - IAPAS
- Lucy da Costa Araujo - INPS

- Maria Valquiria Teixeira Mendes - INAMPS
- Adonis Barbosa Escorel - IAPAS
- José Maria Bazoli - IAPAS
- Domingos Soares de Sá - IAPAS
- Julio Mendes de Oliveira Castro - IAPAS
- Maria Furtado Lima - IAPAS
- Decio Mendes dos Santos - IAPAS
- João Luiz Monteiro Ferreira - IAPAS
- Licínio Câmara Lomba - IAPAS
- Afrânio Silva - IAPAS
- Julio Cesar da Motta Buys - DNER
- Geraldo Pinto Borges - IAPAS
- Edna Lyra de Souza - IAPAS
- Maria Zélia Paiva de Holanda - IAPAS

- Walter de Oliveira - IAPAS
- Ivanilder Luiz Antonio de Lima - IAPAS
- Geraldo Mesquita Ludovice - IAPAS
- Julio de Miranda Bastos - IAA
- Antonio Julio Silva - INAMPS
- Eloy Paiva de Castro - INAMPS
- Anthero Gonçalves Filho - IAPAS

- Gracemil Antonio dos Santos - INPS
- Mauro Monteiro de Paiva - INAMPS
- Felippe Silva Segundo - IAPAS
- Denio Rocha Moreira - IAPAS
- Othelo Sanches Junior - IAPAS
- Sergio de Sá - IAPAS

Da relação acima, somente três ainda freqüentam assiduamente a sede da Associação, que são os Drs.: Carlos Alberto Mambrini, Petronio Lima Cordeiro e Gracemil Antonio dos Santos.

A primeira Diretoria ficou assim constituída:

- Presidente: Wagner Cavalcanti de Albuquerque
- Vice-Presidente: Julio Cesar da Mota Buys
- 1º Secretário: Carlos Alberto Mambrini
- 2º Secretário: Julio de Miranda Bastos
- 1º Tesoureiro: Petrônio Lima Cordeiro
- 2º Tesoureiro: Mauro Monteiro de Paiva
- Diretor Jurídico: Rosemiro Robinson Silva Junior
- Diretor Cultural: Cesar do Prado
- Diretora Social: Eloisa Elena de Siqueira L. Ferreira
- Diretor de Esporte: Gracemil Antonio dos Santos
- Joaquim da Silva Miranda Filho
- IAPAS
- José Mesquita Santos
- SUNAB
- Maria de Lourdes N. Duda
- DNER
- René Lycurgo Campos
- INPS
- Eloy Paiva de Castro
- INAMPS
- Milton Leal da Silva
- INAMPS
- Joaquim Ribeiro de Souza
- IAA
- Edna Lyra de Souza
- IAPAS
- José Silva Leal
- INCRA
- Manoel Moreira Barros
- SUNAMAN
- Odete A. Amaral Pires
- IAPAS
- Sylvio Monteiro C. Campelo
- INAMPS
- Ivo Zauli
- IAPAS
- Emilio Rabelo Barbosa
- IBC
- Isaac Rubem Israel
- IAPAS
- Raimundo Nonato da Cunha
- INAMPS

Conselheiros:

- Antonio Julio Silva
- INAMPS
- Adonis Barbosa Escorel
- IAPAS
- Henrique de Carvalho Simas
- INPS
- Luiz Carlos de C. Cidade
- IAPAS
- Genecy de Souza Barros
- IAPAS
- Julio Mendes O. Castro
- IAPAS

Na próxima edição daremos continuidade à história da APAFERJ, com datas e fatos marcantes.



Primeira edição do Jornal da APAFERJ



Carlos Alberto Mambrini
Diretor da Apaferj

Em alguns lugares do Rio de Janeiro já fica difícil distinguir uma favela-bairro de um bairro-favela, tal a desordem urbana gerada por décadas de abandono do poder público, agravado pelo enfrentamento entre as três instâncias de poder, que começou depois da transferência da capital da República para Brasília.

Como estamos no Natal, a cidade nos lembra a maquete de um presépio Napolitano onde as novas casas e personagens são acrescentadas no mesmo espaço físico todos os anos, por ocasião da remontagem, sem a mínima preocupação com os princípios básicos de estética e organização.

O passivo histórico decorrente do abandono da urbe desfigurou fisicamente os pontos mais expressivos da cidade: Avenida Niemeyer, São Conrado, Copacabana, Leme, Parque da Cidade, Parque Nacional da Tijuca, Santa Tereza, Av. Brasil e outros. Quem chega ao Rio de Janeiro, pelo Aeroporto Internacional Tom Jobim/Galeão se depara com um número incalculável de casas mal construídas e amontoadas que vão até a linha do horizonte, onde sobressai o penhasco da

Igreja da Penha.

“À medida que as pessoas que estão no comando destroem o ambiente, iniciam guerras, fomentam agitação social e ignoram o sofrimento dos pobres, parecem desconhecer que elas próprias e seus filhos pagarão um preço pesado” (Prof. Jeffrey Sachs – Diretor do Instituto da Terra – Columbia University USA).

Toda população da cidade pagou um preço caro. Até pouco tempo vivíamos uma guerrilha urbana, onde uns perdiam a vida e todos os habitantes a tranqüilidade.

Ingressamos na era do carro particular blindado e do toque de recolher voluntário. O des-governo chegou a tal ponto que o desrespeito ao poder público ficou demonstrado pelas agressões às delegacias de polícia, homicídios perpetrados contra autoridades, incêndios em ônibus com lesões corporais nos passageiros, paralisações das principais vias de acesso em consequência dos tiroteios. E, para completar o quadro do terror, dois Ministros do Supremo Tribunal Federal foram assaltados e despojados dos seus bens quando se deslocavam do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro para o centro da cidade, pela rodovia principal.

Felizmente o Estado começou a reagir, usando uma tática mais humana e racional, trocando a política de confronto pela de ocupação dos territórios problemáticos

e pela assistência social aos necessitados. Os “gatos” de luz estão diminuindo e a prova do pagamento das contas passou a ser um passaporte de cidadania, que acrescenta um ponto positivo no *curriculum* das pessoas que desejam emprego ou crédito. Trocas de geladeiras velhas por modernas mais econômicas, ferros elétricos por outros de menor consumo, bem como lâmpadas comuns por fluorescente, estão sendo feitas gratuitamente, desde que os moradores estejam inscritos no Cadastro Único Para Programas Sociais.

Os resultados começaram a aparecer, com as escolas primárias funcionando regularmente e os professores comparecendo para dar aulas sem medo. Os traficantes não usam mais as lajes das casas como postos de observação exibindo suas armas como prova de poder. Os moradores assumiram as coberturas e as usam como área de lazer, onde fazem feijoadas e churrascos dominicais, realizam rodas de samba e alguns até recebem turistas. As crianças já podem ir para a escola tranqüilas e brincar livremente pelas vielas, sem correr risco de vida.

O presépio napolitano que serviu de modelo para representar a desordem urbana do município do Rio de Janeiro, começa a dar lugar à representação cenográfica do Presépio tradicional, ficando a impressão do **ressurgimento da Cidade Maravilhosa**, agora governada harmonica-

mente pelas autoridades dos três níveis da administração pública, colocando as peças nos seus devidos lugares.

As autoridades estão empenhadas em integrar a cidade dividida, fazendo chegar os benefícios sociais às populações historicamente ignoradas pelo poder público. As UPPs devem ser provisórias e acompanhadas por iniciativas que assegurem um ambiente de tranqüilidade permanente nas comunidades, sem que elas precisem estar o tempo todo em situação de intervenção civil ou militar.

A economia das comunidades também está na pauta, uma vez que a pacificação traz um ambiente de otimismo, dando lugar a uma nova classe de trabalhadores que se transformam em empreendedores e se inserem nas várias cadeias produtivas. Os pólos regionais de desenvolvimento já são uma realidade e começam a dar frutos nas regiões de Manguinhos, Santa Marta e na Cidade de Deus. Já existe até uma mo-eda social própria - a CDD -, que serve para negociar os produtos locais e que pode ser trocada nos Postos do Banco Comunitário. O projeto Rio Ecosol de economia solidária que criou uma estrutura logística de capacitação e apoio aos produtos feitos nas comunidades, começa a se expandir por todos os bairros carentes.

A população do Rio de Janeiro está empenhada em participar deste grande projeto de unificação da cidade

e apóia o combate à miséria, à insegurança, ao desemprego, e por melhores condições de habitabilidade com saneamento básico e programas eficientes de educação e saúde.

Ao entoarmos durante a ceia do Natal a emocionante canção “Noite Feliz”, lembremo-nos dos ensinamentos dos profetas das outras religiões, além de Jesus Cristo, como: Isaias dos Judeus, Maomé dos Muçulmanos, e Abraão, o Grande Patriarca.

Quem sabe se poderemos comemorar juntos, o Chanukah, o Ramadam e o Natal iluminados pela verdade dos profetas e a coragem de todos os homens de boa vontade empenhados no ressurgimento da cidade maravilhosa, combatendo a destruição ambiental, o terror, o crime organizado e as injustiças sociais.

Feliz Natal – Brasil;
Boas Festas – Portugal;
Buon Natale – Italia;
Feliz Navidad – Chile, México, Espanha;
God Jul – Noruega;
Joyeux Noel – França;
Merry Christmas – Estados Unidos e Inglaterra;
Frohliche Weihnachten – Alemanha;
Sheng Tan Kuai Loh – China;
Prettige Feestdag – Holanda;
Merri Kurisumasu – Japão;
Shubh Christmas – India;
Rehus-Beal-Ledeats – África.

UMA NOITE DE GALA

Aproximadamente 300 pessoas lotaram o salão do restaurante “Real Astória” na Praia de Botafogo, no dia 1º de dezembro, para comemorar o fim do ano de 2011 e a chegada de um promissor e venturoso 2012.

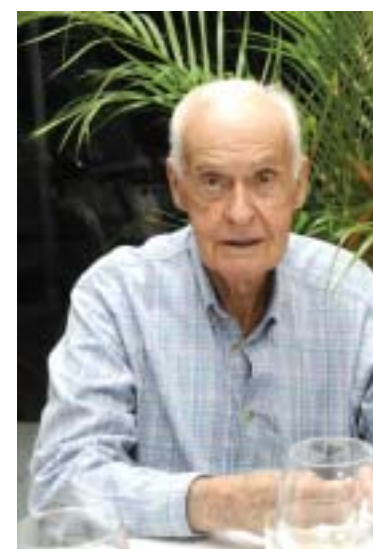
Foi verdadeiramente uma festa de confraternização total. Houve de tudo, uma ótima ceia, boa bebida e por fim homenagens com entregas de medalhas. Reinou o espírito natalino com sorteio de brindes, votos de um Feliz Ano Novo, muita música conduzida pela orquestra “Pingos e Gotas”, serviço perfeito por parte dos garçons e tudo sob a supervisão da *promoter* Tatiana Aché.

Este clima festivo contagiou os presentes compostos, em grande parte, por parentes e convidados dos Diretores e Associados. Era, em sua maioria, gente jovem, feliz, sorridente e de bem com a vida, como se pode ver nas fotos.

Este clima de euforia não ficou somente com os jovens, atingiu também casais mais idosos e dentre os mais animados eram os Drs. Tomaz e família, Miguel Paschoal, esposa e filha, Dra. Rosa e família, Dudley Barreto acompanhado da Dra. Nina e amigos, Dra. Auxiliadora e família, Drs. Mambrini, Calmon, Emygdio, Fernando Mello, Hélio Arruda, Gerson Sammartino, todos com suas respectivas esposas e amigos, sem esquecer o Dr. Napoleão Guimarães que se fez acompanhar de 25 convidados.

Mas a noite teve uma parte formal quando foram homenageadas as personalidades: Dr. Rogério Filomeno Machado – Presidente da ANPAF – Medalha Jubileu de Prata da APAFERJ; Dra. Maria Santíssima Marques – Presidente de Honra da ANPAF – Medalha de Mérito da APAFERJ e Dr. Givaldo Rosa Dias – Representante da APAF em Sergipe – Medalha de Mérito da APAFERJ.

Foi uma noite inesquecível, conduzida pelo competente anfitrião Dr. Marcio Alemany, Presidente da APAFERJ, onde reinaram alegria e música, e quando se irmanaram Diretores, Associados, Funcionários e amigos em torno do maior sentimento cristão – o **Amor**.











Carmen Lucia Vieira Ramos Lima
Procuradora Federal

Experiências Que Deixam Marcas

Pois é. Nada como repetir programas de lazer que deixam sempre sensações positivas e propiciam a possibilidade de novas perspectivas para o ano vindouro. E sempre com mais alguma surpresa agradável... Assim me tem ocorrido nos últimos anos em que venho visitando regularmente a Serra Gaúcha, no evento “Natal Luz”, o qual acontece no período de Novembro a Janeiro do ano seguinte (2 meses e meio). A cada semana completa, uma multidão diferente acode a Gramado/RS: gente do país todo (nordestinos que querem ter a oportunidade de usar casaco de frio, de preferência de couro, estran-

Reflexões:

- Planejamento X Economia X Mudança Climática.
- Novos comportamentos, novos hábitos.
- Criatividade, novos horizontes, convivência harmoniosa.
- Lucros, prejuízos.
- Atuação das Agências Reguladoras, das Instituições Seguradoras e das Empresas Privadas/Públicas.

geiros etc). A Região fica ainda mais agradável, embelezada com gramados de hortênsias, ótima culinária e enormes cafés da manhã. Muitos passeios, esporte radical (por sinal, sou aficionada de). Caminhadas, lojas e lojas e o “clima de Natal”. Tudo enfeitado. Gosto do “clima de Natal”: pinheiros, decoração, Casa do Papai Noel. Como é bom ser ingênua como eu sou! Posso aproveitar da singeleza da vida sem modismo e viver sem ter vergonha de expressar a minha criança. De qualquer forma, em sendo mulher, já tive de me impor em vários setores da vida. Daí que, aproveitar e gozar de tão delicado sentimento me faz bem e me faz esquecer, por um tempo, as “neuroses de guerra”! É bom.

Aí, aconteceu. Durante o dia lindo, azul, maravilhoso, depois de uma volta no Alpen Park, praticando arborismo, tirolesa, trenó em trilho, apreciando os sorrisos largos entre pessoas desconhecidas, pedidos de desculpas de fura-filas, enfim, combinando toda aquela adrenalina com uma incrível sensação de liberdade, anoiteceu e era a hora do espetáculo “Nativitaten” (Nascimento) no conhecido lago Joaquina Rita Bier, nome da senhora alemã que foi dona daquelas terras, sem nunca tê-las conhecido. Longa história. O referido show é um musical, com efeitos de luzes e laser, contando a criação do mundo até o Nascimento de Jesus, em cerca de 6 momentos. A presença de tenores, sopranos, orquestra e coral, dispostos estrategicamente dentro do lago, em pequenos abrigos (pequenos coretos) e também, em destaque, na beira d’água,

tendo em torno arquibancadas e cadeiras, tudo lotado, em expectativa, criava uma atmosfera pactuada, expectadores e elenco, em que os primeiros pareciam crescer e se integrar ao segundo, na medida em que subiam e se expandiam os acordes da conhecida ópera “Carmina Burana”, de Carl Orff. O céu estava pesado, com 3 grandes nuvens negras e uma abertura prateada no meio: relâmpagos, raios e trovões de grande magnitude juntavam-se aos jatos vermelhos e verdes de luz; cometas prateados completavam o cenário dantesco. Era a ebulição da criação terrestre. E o povo aplaudia, gritava, se erguia. Era tudo uma coisa só. Então as pedras começaram a cair. Grandes, do diâmetro do polegar e indicador juntos. E doíam, na cabeça, braços, faziam barulho nas arquibancadas de metal. E o povo, enrodilhado, na defensiva, cantava. Os tenores e sopranos continuavam cantando. E subiu a “Ave Maria”, de Schubert, de encontro ao temporal. Os cantores já estavam no 4º ou 5º momento. O espetáculo era fantástico, barulhento, cheio de clarões e granizo. Aí não deu mais. De repente, pareceu que a água chegou aos ossos, o frio, as pessoas se dando conta das explosões celestes e da cortina d’água, o barulho da tempestade sobrepujando a orquestra, coral, cantos, então, a multidão começou a pular por cima dos degraus, roleta e a enxurrada chegava e ultrapassava a altura da cintura de um homem mediano. Início de pânico. Guardas se posicionavam nas ruas, perto das praças, hotéis, lojas fechadas,

ruas cheias de carros parados, apedrejados pelo gelo. Cena caótica. As roupas grudavam nos corpos. O calor do dia se perdeu na lembrança. Correria, susto, medo. Duas horas depois, que tranqüilidade! Quem não vivenciou, com certeza pode duvidar.

Gramado tem cerca de 13 mil habitantes. Em eventos de tal porte turístico – Natal Luz – a população itinerante na Serra Gaúcha (abrangendo os municípios vizinhos) oscila entre 1 milhão a cerca de dois milhões. Recordando que o Natal Luz tem um período de 2 meses e meio, sendo que cada semana abrange os principais eventos, repetidamente.

Soube-se, no dia seguinte, que um ciclone passara na Região de Caxias do Sul (parte da Serra Gaúcha), destruindo os parreirais e afetando a colheita do início de 2012: várias tempestades se uniram e houve um clima propício em Gramado para que todos fossem protagonistas do espetáculo da Criação do Mundo (segundo defensores do FIM, o mundo estava acabando). No dia seguinte, em plena tarde, linda, ensolarada, olhando para o céu, debaixo de telhado transparente de uma galeria, o barulho de pedras chamou a atenção. Imediatamente pessoas que ali estavam, colocaram casacos de frio. Caíram por 5 minutos, muito fortemente. Deixaram marcas e intenso calor. Assim é que, debaixo de um belo sol a multidão estava se vestindo com roupas de chuva, de frio, sandálias de dedo, bermudas, camiseta, chapéu, botas, carregando sombrinhas e guarda-chuvas. Ou seja, totalmente adaptada à louca e cada vez mais frequente mudança climática. Ressalve-se

que outra parte do Rio Grande do Sul estava (e está) sofrendo um grande período de estiagem. Haja contraponto.

HOMENS: A natureza é bela, sempre majestosa, quer na sua apresentação colorida, acolhedora, azul, verdejante, florida, fresca, tranqüila, quer na sua apresentação infernal, negra, com trovões, raios e relâmpagos, clarões prateados, barulho, tempestades, água. Uma chuva na época certa é uma benção. A Natureza é o que é. Se ela se apresenta inesperadamente, de forma reacionária, é porque está reagindo às ações destrutivas de seu maior predador natural.

Será que o homem está mesmo lucrando, ao matar a galinha dos ovos de ouro (ou seja, a Natureza)? Será que os calendários de plantio/colheita, safras, o turismo, enfim, todos os esteios de sustentabilidade não sofrem danos cada vez mais irreparáveis com os transtornos climáticos? Com relação ao prejuízo, não sofrem todos os segmentos da sociedade? O Orçamento do País não é afetado com disponibilizações emergenciais, acima daquelas já estimadas, se não existissem danos aos setores primário, secundário e terciário da economia? Empresas estão buscando equilibrar as defasagens e, ao mesmo tempo, contribuir para o ecossistema? Como fica a atuação das instituições seguradoras numa situação de eventos inesperados e catastróficos naturais de grande magnitude como os que estão ocorrendo? ■



Antonio C. Calmon N. da Gama
Diretor de Divulgação da
APAFERJ

Fatos . Fatos . Fatos . Fatos . Fatos .

ao som da Orquestra Pingos e Gotas, contou com a presença de autoridades, associados e familiares. Está de parabéns a comissão organizadora pelo excelente trabalho realizado.

ANO NOVO

Final de 2011, início de 2012, esperamos que o ano que se iniciar  seja para todos nós cheio de realizações, quer seja no seio familiar, bem como na nossa carreira da Advocacia Pública, trazendo-nos melhores dias e consolidando ainda mais o trabalho vitorioso quem vem sendo desenvolvido por todos nós. O momento é de novas aes estratégicas visando à aprovação dos nossos projetos em tramitação no Congresso Nacional, estando o Forum Nacional da Advocacia Pública atento para esta consolidação.

CONFRATERNIZAÇÃO

A APAFERJ esteve presente, na pessoa do seu Presidente José Marcio Araújo de Alemany e do Diretor de Comunicação Antonio Carlos Calmon Nogueira da Gama, a convite do Presidente do SINDPF/RJ - Sindicato dos Delegados de Polícia Federal do Rio de Janeiro, Dr. Sérgio Weekes Brandão e do Presidente da ADPF/RJ - Associação Nacional do Delegados de Polícia Federal, Dr. Rafael Potsch Andreato, no jantar de confraternização, realizado no dia 9 de dezembro, no Restaurante Real Astoria, em Botafogo. A festa,

ANAJUR

A Associação Nacional dos Membros das Carreiras da Advocacia Pública - ANAJUR completou seus 25 anos em 2011, e além da comemorações pela passagem do aniversário de criação, foi lançado o livro "Um olhar sobre a Advocacia Pública Brasileira", que teve por objetivo resgatar a história da

Comento Literário INS NIA

*Insone, nesta fria madrugada,
Vejo seus olhos a me fitar sorrindo.
Eu sinto falta da mulher amada,
O sofrimento se faz cruel, infindo.
Você me deixou sozinho na estrada
E, sem motivo, aos gritos me agredindo,
Eu que tinha tudo, hoje não tenho nada,
Você matou o nosso amor tão lindo.
Talvez esteja noutros braços repousando,
Esquecida do gesto vil, nefando,
Ao me largar na negra escuridão.
Quero dormir, porém, fico pensando,
Meu corao ferido, soluçando,
Envolto na mortalha da ilusão!*

R. Robinson S. Junior



Flash
Nossa homenagem ao Presidente da ANPAF, Dr. Rogério Filomeno Machado, em razão da profícua gestão no exercício de 2011, que culminou com o magnífico XII CONPAF, em Natal/RN.

ANAJUR. A obra contou com uma série de artigos, bem como de entrevistas e vídeos que retratam, de forma inequívoca, sua trajetória desde sua concepção até os dias atuais. Está de parabéns toda a equipe que trabalhou na sua elaborao, inclusive os ensaios fotográficos da lavra do artista Vicente de Mello. Não poder mos deixar de citar sua idealizadora a Dra. Joana D'Arc Alves Barbosa Vaz de Mello, Advogada da União e Presidente da ANAJUR, pela excelente obra.

APOSENTADORIA

Quem se aposentou no final do ano de 2011, foi a nossa colega Dra. Lea Pontes Castelo Branco, que ultimamente vinha trabalhando na Procuradoria Regional Federal da 2  Região. Durante muitos anos este colunista

trabalhou com a referida Procuradora no Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET/RJ, em que ocupou o cargo de Procuradora-Geral. Desejamos a Dra. Lea que continue na luta pela nossa carreira, notadamente no Congresso Nacional.

APOSENTADORIA I

Aliás entre as homenagens feitas à Dra. Lea, citamos a do Juízo da 12  Vara do Trabalho Juiz Maurício Paes Barreto Pizarro Drumont que a parabenizou "pelos seus longos anos de dedicação à AGU por seus valiosos préstimos, que hoje vêm a ser marcados pelo último dia de audiência antes de sua aposentadoria"....

LANÇAMENTO

Foi lançado o novo livro do Ministro do STF Gilmar Mendes, a obra reúne suas decisões mais pol micas daquela Alta Corte de Justiça, além de discorrer sobre elas. Entendemos que sua leitura é de suma importância, não só para estudantes de direito e professores, bem como para a sociedade, principalmente para aqueles que acompanharam os sucessivos escândalos. Vale a pena conferir.

ANPPREV

A Associação Nacional dos Procuradores Federais da Previdência Social informa aos seus Associados que a sede do XVII Congresso a ser realizado no dia 18 de maio de 2012, foi escolhida com muito carinho pelos seus organizadores: a histórica cidade de Pádua, na Itália.

Maiores detalhes poderão através dos telefones (61)-3034-6707, (61)-3045-6157 ou e-mail cribeiro.across@gmail.com. Desejamos sucesso.

ALMOÇO

Aliás, por falar em ANPPREV, não poderia deixar de parabenizar o seu Coordenador Regional Dr. Mário Oliveira dos Santos, pelo almoço de confraternização realizado na churrasceria Porcao no Aterro do Flamengo. Entre os convidados além da Dra. Meire L cia Monteiro Mota Coelho, o Presidente da APAFERJ José Marcio Alemany, o Vice-Presidente da APAFERJ, Dr. Rosemiro Robinson Silva Junior e Antonio Carlos Calmon, Diretor de Comunicação. Estão de parabéns seus organizadores.

HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA

A Câmara aprovou honorários de sucumbência e presença obrigatória de advogado na Justiça do Trabalho. A luta em prol da aprovação da sucumbência, implementada pela Seccional da OAB/RJ, vem desde 2007 e como disse nosso decano da área trabalhista, Benedito Calheiros Bonfim, foi uma vitória memorável.

PENSAMENTO

"O mundo é um espelho: se sorris para ele, ele sorrir  para você"
Gustave L  Bon

Felix Ano Novo

*O nosso caminho é feito
Pelos nossos próprios
passos...
Mas a beleza da
caminhada...
Depende dos que vão
conosco!*

*Assim, neste NOVO ANO que
se inicia
Possamos caminhar mais e
mais juntos...
Em busca de um mundo
melhor, cheio de PAZ,
SAUDE, COMPREENSÃO e
MUITO AMOR.*

*O ano se finda e tão logo o
outro se inicia...
E neste ciclo do "ir" e "vir"*

*O tempo passa...
Os anos se esvaem...
E nem sempre estamos atentos
ao que
Realmente importa.*

*Deixe a vida fluir
E perceba entre tantas
exigências do cotidiano...
O que é indispensável para
você!*

*Ponha de lado o passado e até
mesmo o presente!*

*E crie uma nova vida... Um novo
dia...*

*Um novo ano que ora se inicia!
Crie um novo quadro para você!
Crie, parte por parte... Em sua
mente...*

*Até que tenha um quadro
perfeito para o
futuro...*

Que está logo

*além do presente.
E assim dê início a uma nova
jornada!*

*Que o levará a uma nova vida,
E aos novos progressos na vida!
Você logo verá esta realidade, e
assim encontrará*

*A maior Felicidade... E
Recompensa...*

*Que o ANO NOVO renova
nossas esperanças,
E que a estrela resplandeça em
nossas vidas*

*E o fulgor dos nossos corações
unidos intensifique*

*A manifestação de um ANO
NOVO repleto de vitórias!*

E que o resplendor dessa chama

*Seja como a tocha que
ilumina nossos caminhos
Para a construção de
um futuro, repleto de
alegrias!*

*E assim tenhamos um mundo
melhor!*

*A todos vocês companheiros
(as) que temos o mesmo ideal,
Amigos (as) que já fazem
parte da minha vida,*

*Desejamos que as
experiências próximas de
um ANO NOVO*

*Lhes sejam construtivas,
saudáveis e harmoniosas.*

*Muita Paz em seu contínuo
despertar!*

"UM FELIZ 2012"





APAFERJ

Rua Álvaro Alvim, 21/2º andar CEP: 20031-010
 Centro - Rio de Janeiro - Sede Própria
 e-mail: diretoria@apaferj.org.br
 portal: www.apaferj.org.br
 Tel/Fax: (21)2532-0747 / 2240-2420 / 2524-6729

DIRETORIA

PRESIDENTE

José Marcio Araujo de Alemany

VICE-PRESIDENTE

Rosemiro Robinson Silva Junior

DIRETOR ADMINISTRATIVO

Miguel Carlos Melgaço Paschoal

DIRETOR ADMINISTRATIVO

ADJUNTO

Maria Auxiliadora Calixto

DIRETOR FINANCEIRO

Fernando Ferreira de Mello

DIRETOR FINANCEIRO ADJUNTO

Dudley de Barros Barreto Filho

DIRETOR JURÍDICO

Hélio Arruda

DIRETOR CULTURAL

Carlos Alberto Mambrini

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO

Antonio Carlos Calmon N. da

Gama

DIRETOR DE PATRIMÔNIO

Rosa Maria Rodrigues Motta

DIRETOR SOCIAL

Gracemil Antonio dos Santos

2. LUIZ CARLOS DE ARAUJO

3. ALLAM CHERÉM SOARES

4. FERNANDO CARNEIRO

5. EMYGDIO LOPES BEZERRA
NETTO

6. EDSON DE PAULA E SILVA

7. SYLVIO MAURICIO
FERNANDES

8. TOMAZ JOSÉ DE SOUZA

9. SYLVIO TAVARES FERREIRA

10. MARIA DE LOURDES

CALDEIRA

11. MARILIA RUAS

12. NEWTON JANOTE FILHO

13. CELINA DE SOUZA LIRA

14. JOSÉ PIRES DE SÁ

SUPLENTES:

1. IVONE SÁ CHAVES

2. MARIA LUCIA DOS SANTOS DE
SOUZA

3. PETRÔNIO LIMA CORDEIRO

4. ALZIRA MATOS OLIVEIRA DA
SILVA

5. GERALDO GOMES DA SILVA

CONSELHO FISCAL

TITULARES:

1. JOSÉ CARLOS DAMAS

2. EUNICE RUBIM DE MOURA

3. WALDYR TAVARES FERREIRA

SUPLENTES:

1. JOSÉ RUBENS RAYOL LOPES

2. MARIA CONCEIÇÃO FERREIRA
DE MEDEIROS

3. CARLOS CAVALCANTI DE A.
RAMOS

CONSELHO

DELIBERATIVO NATOS:

1. WAGNER CALVALCANTI DE
ALBUQUERQUE

2. ROSEMIRO ROBINSON SILVA
JUNIOR

3. HUGO FERNANDES

TITULARES:

1. FRANCISCO PEDALINO
COSTA



ANIVERSARIANTES janeiro

- | | |
|---|--|
| 02 Carlota Moura Sojka - Monteiro - Inss | 18 Jorge Gonçalves dos Santos - M. Faz |
| 03 Aparecida Maria Nolasco Lima - Ibama/Agu | 19 Helena Rosa Varella - Cnen |
| 03 Regina de Moura Abelheira - C.P.II | 19 Hilda Afonso Echeverria |
| 04 Lyria Moreira Paiva - Mpas | 20 Elza Sebastiana Barreto - M. Saúde |
| 05 Anna Lucia Tamm de Araujo Moreira - Incra | 20 Sebastião Hermes Pereira - Inss |
| 06 Reynaldo Freitas - Inss | 22 Antonio Cesar Silva Mallet - Agu |
| 06 Rita Cristina Zampa da Silva - Agu | 23 Lucy Caminha de Almeida - Inss |
| 06 Ronaldo de Castro A. P. e Albuquerque - Mpas | 23 Luiz Carlos Rabelo - M. Saúde |
| 07 David dos Santos Andrade - Unirio | 24 Egídio Antonio da Silva - Ufrj |
| 07 Milton Gomes Monteiro - Inpi | 24 Vanderlei José da Costa - C.P.II |
| 08 Ricardo José de Souza e Serpa - Agu | 26 Helio Rosalvo dos Santos - Inss |
| 08 Ronaldo Lourenço Cataldi - M. Trans | 26 Ivana de Assis Doria - Ufrj |
| 10 Dagmar Cardoso - Inss | 27 Ahyr Delício Mozer - Incra |
| 11 Iranah da Silva L. dos S. Souza - Inss | 27 Raymundo Belford Roxo - M. Transp |
| 12 Neisa Therezinha S. de Moraes - M. Saúde | 27 Walter Faria Pacheco - Inss |
| 13 Antonio Vidal Assimos - M. Saúde | 29 Maria Conceição F. de Medeiros - Inss |
| 13 Eduardo Henrique A. C. de Moraes - Agu | 29 Marlene Carneiro - C.P.II |
| 15 Felisbina de Jesus Amador Preto - Inss | 30 Diniz Figueiredo dos Passos - C.P.II |
| 16 Maria Argentina L. de Macedo - M. Saúde | 30 Eloisa Elena de S. L. Ferreira - Inss |
| 17 Silene da Fonseca Lima - Inss | 31 Rogerio Tompson de |

Jornal da APAFERJ

Editor Responsável: Carlos Alberto Pereira de Araújo

Reg. Prof.: 16.783

Corpo Editorial: Antonio Calmon da Gama, Carlos Alberto Mambrini, Fernando Ferreira de Mello, Miguel Carlos Paschoal, Rosemiro Robinson Silva Junior.

Supervisão Geral: José Márcio Araújo de Alemany

Editoração e Arte: Jane Fonseca - jane_fonseca@terra.com.br

Impressão: Monitor Mercantil

Tiragem: 2.000 exemplares

Distribuição mensal gratuita.

Os artigos assinados

são de exclusiva responsabilidade dos autores

As matérias contidas neste jornal poderão ser publicadas, desde que citadas as fontes.



Rosemiro Robinson S. Junior
Vice-Presidente

PEÇO A PALAVRA

De medalhas, cicatrizes e sonhos

*Donec eris felix, multos numerabis amicos;
tempora si fuerint nubila, solus eris*

(Ovídio, Tristes, 1,9,5-6)

“Enquanto fores feliz, contarás muitos amigos; se os tempos se tornarem difíceis, ficarás sozinho”.

Meus caros e fiéis leitores: res-salvados os excessivos encômios contidos na matéria publicada na página 22 da edição de outubro/novembro de 2011, deste jornal e a mim endereçados, admito que o ano prestes a terminar me foi pródigo em homenagens, que me proporcionaram momentos de profunda e indescritível emoção, os quais ficarão gravados, indelevelmente, na minha memória e na minha saudade, bem como me servirão de estímulo para prosseguir, com ânimo redobrado, na longa e exaustiva caminhada em busca de dias melhores para os Advogados Públicos Federais, importante segmento dos que exercem Funções Essenciais à Justiça, com sede constitucional.

No corrente mês, contudo, não recebi medalhas e sim quatro furos no tórax, decorrentes de duas cirurgias a que me submeti e, durante longos e ásperos dias, fui alvo do carinho e da preocupação dos meus familiares e amigos, cuja atitude contrariou, *in totum*, o dístico que encima este texto, como também contribuiu para a minha rápida e eficaz recuperação, na expectativa de

que, no mês de janeiro do ano que célere se aproxima, estarei novamente na honrosa companhia dos bravos samurais que enobrecem a APAFERJ.

Aliás, como escrevi alhures, a nossa Entidade completou, no dia 2 do mês em curso, três décadas de luta incessante na defesa dos direitos e interesses dos Advogados Públicos Federais, havendo contribuído, de maneira marcante e efetiva, para o fortalecimento e valorização da Advocacia Pública, especialmente a Advocacia Pública Federal, hodiernamente representada, com pompa e circunstância, pela Advocacia-Geral da União – AGU, que brilha, como estrela de primeira grandeza, no universo jurídico brasileiro.

É de notar que, anteriormente à criação da APAFERJ, atuaram as chamadas APAFs, integradas por profissionais consagrados na área jurídica, aos quais devemos a Lei nº 2123/53, que criou a Carreira de Procurador Autárquico e assegurou aos seus componentes as mesmas prerrogativas e a mesma remuneração deferidas aos Procuradores da República, situação que perdurou nas décadas de 50 e 60 e somente

em 2000, mais de trinta anos depois, mercê da firme e dedicada postura do Dr. Gilmar Mendes, então Advogado-Geral da União e atualmente Ministro do Supremo Tribunal Federal, teve início a revisão do tratamento injusto e discriminatório que vinha sendo infligido aos Procuradores Autárquicos Federais, hoje Procuradores Federais.

No ano de 2012, sem embargo de mantermos íntegras e sólidas as posições conquistadas, torna-se fundamental obtermos a aprovação das PECs nºs 443 e 452, a primeira, assecuratória do tratamento remuneratório isonômico em relação ao Ministério Público Federal e a segunda, relacionada à reestruturação da Advocacia-Geral da União, inserindo a Procuradoria-Geral Federal na AGU e concedendo aos Procuradores Federais a colocação no quadro da AGU, pondo termo, ainda que tardiamente, a uma situação esdrúxula e constitucionalmente insustentável. Bem sei que são duas metas altamente complexas e gigantescas. Contudo, se continuarmos a pelear com as mesmas persistência, coragem e

inteligência que nos propiciaram as vitórias até aqui arduamente conquistadas, alcançaremos os nossos relevantes e legítimos objetivos.

Imerso na negra solidão que imperava em meu castelo e compelido, por ordens médicas, a manter-me afastado do amável convívio com os meus amigos apaferjianos, busquei conforto na música, nos filmes e nos livros, nestes últimos encontrando uma pérola incrustada no discurso de paraninfo da Escola de Comércio do Natal, datado de 1929 e proferido pelo Padre Luiz Monte, constante da Antologia Rio Grande do Norte – ORADORES (1889/2000), organizada pelo brilhante Escritor Jurandyr Navarro e editada pelo Departamento Estadual de Imprensa-RN.

O trecho do aludido discurso, a seguir transcrito, adapta-se, *mutatis mutandis*, aos nossos seculares anseios, porquanto, apesar das rugas, dos achaques e dos cabelos brancos, ainda mantemos o espírito jovem, combativo e idealista:

“Haveis de vencer. Lembrai-vos, porém, que para a vitória não se requerem somente valor e coragem, faz-se mister a prudência. Sêde prudentes, disse Nosso Senhor. O mar da vida é proceloso. Nuvens negras se acastelarão sobre vossas cabeças. Ondas revoltas se levantarão minazes contra vós. Proceloso é o mar da vida: ele encerra no seu

seio vozes de Iaras e cantos de sereias. Vozes estranhas, ouvi-las-eis, como aqueles cantos sentimentais com que gondoleiros apaixonados, tangendo a bandurra, abalavam o corpo branco de Veneza adormecida em leito de espuma, em noites aluaradas, quando as estrelas pareciam brincar nas cúpulas de São Marcos. E dos balcões de mármore das dogaresas, alongavam-se escadas de seda, cuja extremidade, beijando as águas barrentas do canal, lembravam a fuga de Otelo e o inocente idílio dos noivos de Verona”.

É um truísmo dizer-se que o homem que deixa de sonhar, deixa de viver. Desse modo, ainda que os obstáculos se nos afigurem oceânicos e quase intransponíveis, é de nossa indeclinável obrigação, como Advogados, cujo caráter foi forjado no formidável Coliseu das lides forenses, permanecer a porfiar e confiar no integral sucesso de nossa campanha, porquanto ela vem sendo desenvolvida com base na perene trindade LEI, DIREITO e JUSTIÇA. Tenho, portanto, a arraigada convicção de que nossos sonhos se transmudarão em realidade, o que nos trará não somente o júbilo por mais um triunfo, mas, fundamentalmente, a certeza meridiana do dever cumprido. *Si vis, potes!*